

Demonstrações Financeiras Anuais Completas

- Parecer dos auditores independentes
- Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
- Relatório da Administração

Autovias S.A.

*Demonstrações Financeiras
Referentes aos Exercícios Findos em
31 de dezembro de 2010 e de 2009 e
Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Financeiras*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionistas da
Autovias S.A.
Ribeirão Preto - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Autovias S.A. (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

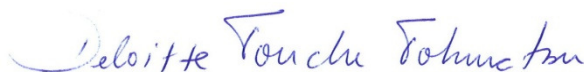
OPINIÃO


Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Autovias S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Campinas, 24 de março de 2011


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Edgar Jabbour
Contador
CRC nº 1 SP 156465/O-9

AUTOVIAS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010, DE 2009 E EM 1º DE JANEIRO DE 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
CIRCULANTES					CIRCULANTES				
Caixa e equivalentes de caixa	6	252.026	32.525	14.770	Empréstimos e financiamentos	12	3.276	284.677	41.666
Contas a receber	7	12.955	10.974	9.223	Debêntures	13	82.676	-	-
Contas a receber - partes relacionadas	16	26.313	14.489	-	Fornecedores		4.295	2.621	3.805
Estoques		794	725	737	Fornecedores - partes relacionadas	16	1.407	918	1.118
Despesas antecipadas		1.221	2.433	1.860	Obrigações sociais		2.459	2.257	2.170
Impostos a recuperar	8	3.929	610	1.050	Obrigações fiscais	14	10.402	9.257	6.972
Aplicações financeiras vinculadas	13	31.371	-	-	Outras contas a pagar		1.066	1.734	1.577
Outros créditos		381	360	292	Cauções contratuais de fornecedores	15	1.088	1.572	2.208
Total dos ativos circulantes		<u>328.990</u>	<u>62.116</u>	<u>27.932</u>	Credores pela concessão	17	6.639	6.135	6.026
					Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	18.1	1.163	823	572
NÃO CIRCULANTES					Provisão para manutenção em rodovias	18.2	6.224	11.430	14.963
Realizável a longo prazo:					Dividendos propostos	16	8.361	3.481	2.612
Aplicações financeiras vinculadas	13	53	-	-	Total dos passivos circulantes		<u>129.056</u>	<u>324.905</u>	<u>83.689</u>
Contas a receber - partes relacionadas	16	114.000	114.000	117.579					
Despesas antecipadas		151	375		NÃO CIRCULANTES				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	20.251	15.232	13.276	Empréstimos e financiamentos	12	1.624	4.673	263.723
Imobilizado	10	1.012	1.292	1.384	Debêntures	13	434.376	-	-
Intangível	11	314.789	346.347	367.330	Credores pela concessão	17	34.277	34.604	38.906
Total dos ativos não circulantes		<u>450.256</u>	<u>477.246</u>	<u>499.569</u>	Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	840	1.162	2.575
					Outras contas a pagar		118	115	109
					Provisão para manutenção em rodovias	18.2	28.811	18.730	16.769
					Provisão para investimentos em rodovias	18.2	2.061	1.964	1.870
					Total dos passivos não circulantes		<u>502.107</u>	<u>61.248</u>	<u>323.952</u>
					PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19			
					Capital social subscrito		128.514	128.514	128.514
					Capital social a integralizar		(10.859)	(10.859)	(10.859)
					Capital social integralizado		117.655	117.655	117.655
					Reserva de capital		330	330	330
					Reservas de lucros		30.098	35.224	1.875
					Total do patrimônio líquido		<u>148.083</u>	<u>153.209</u>	<u>119.860</u>
TOTAL DOS ATIVOS		<u><u>779.246</u></u>	<u><u>539.362</u></u>	<u><u>527.501</u></u>	TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>779.246</u></u>	<u><u>539.362</u></u>	<u><u>527.501</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto lucro por ação que está expresso em reais)

	Nota explicativa	31.12.2010	31.12.2009
RECEITA LÍQUIDA DOS SERVIÇOS	20	229.038	205.375
CUSTOS DOS SERVIÇOS	21	(107.072)	(96.822)
LUCRO BRUTO		<u>121.966</u>	<u>108.553</u>
Despesas administrativas	21	(14.553)	(13.589)
Remuneração da administração		(520)	(418)
Despesas tributárias		(219)	(389)
Outras receitas operacionais, líquidas		(31)	-
LUCRO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS		<u>106.643</u>	<u>94.157</u>
Receitas financeiras	22	31.794	14.200
Despesas financeiras	22	(57.615)	(39.033)
		<u>(25.821)</u>	<u>(24.833)</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>80.822</u>	<u>69.324</u>
Imposto de renda e contribuição social - Correntes	23	(31.020)	(23.536)
Imposto de renda e contribuição social - Diferidos	23	5.342	3.370
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>55.144</u>	<u>49.158</u>
LUCRO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO - R\$		<u>0,48</u>	<u>0,43</u>

(*) Não há resultados abrangentes no exercício corrente e no exercício anterior.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOVIAS S.A.DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social		Reserva de capital	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total	
		Subscrito	A integralizar		Integralizado	Legal	Retenção de lucros			Dividendo adicional proposto
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008		128.514	(10.859)	117.655	330	7.390	16.153	-	-	141.528
Efeitos da aplicação de novas práticas contábeis	5	-	-	-	-	-	(21.668)	-	-	(21.668)
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2009		128.514	(10.859)	117.655	330	7.390	(5.515)	-	-	119.860
Lucro líquido do exercício originalmente apresentados:	5	-	-	-	-	-	-	-	54.280	54.280
Efeitos da aplicação de novas práticas contábeis	5	-	-	-	-	-	-	-	(5.122)	(5.122)
Lucro líquido do exercício ajustado		-	-	-	-	-	-	-	49.158	49.158
Destinações do lucro líquido:	19									
Reserva legal		-	-	-	-	2.714	-	-	(2.714)	-
Dividendos distribuídos		-	-	-	-	-	(2.918)	-	-	(2.918)
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	-	-	(9.410)	(9.410)
Dividendos propostos		-	-	-	-	-	-	-	(3.481)	(3.481)
Lucros retidos		-	-	-	-	-	33.553	-	(33.553)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009		128.514	(10.859)	117.655	330	10.104	25.120	-	-	153.209
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	55.144	55.144
Destinações do lucro líquido:	19									
Reserva legal		-	-	-	-	2.757	-	-	(2.757)	-
Dividendos distribuídos		-	-	-	-	-	(25.120)	-	(21.217)	(46.337)
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	-	-	(5.572)	(5.572)
Dividendos propostos		-	-	-	-	-	-	-	(8.361)	(8.361)
Dividendos adicional proposto		-	-	-	-	-	-	17.237	(17.237)	-
Lucros retidos		-	-	-	-	-	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010		128.514	(10.859)	117.655	330	12.861	-	17.237	-	148.083

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais - R\$)

	31.12.2010	31.12.2009
FLUXO DE CAIXA NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	55.144	49.158
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(5.341)	(3.370)
Depreciação e amortização	35.896	31.959
Baixa de ativos imobilizados	112	45
Baixa de ativos intangíveis	111	1776
Variação monetária e juros sobre credores pela concessão	5.946	1.375
Receitas com juros sobre empréstimos com partes relacionadas	(13.911)	(12.835)
Receitas com juros sobre aplicações financeiras vinculadas	(1.385)	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	14.110	34.670
Juros sobre debêntures	34.822	-
Juros sobre leasing	4	12
Resultado financeiro com ajuste a valor presente	1.389	1.535
Provisões para riscos cíveis e trabalhistas	340	251
Provisão para manutenção em rodovias	3.583	(3.013)
Outros	3	6
Redução (Aumento) nos ativos operacionais:		
Contas a receber	(1.981)	(1.751)
Estoques	(69)	12
Despesas antecipadas	1.436	(948)
Impostos a recuperar	(3.013)	440
Outros créditos	(21)	(68)
(Redução) Aumento nos passivos operacionais:		
Fornecedores	996	765
Fornecedores - partes relacionadas	489	(200)
Cauções contratuais de fornecedores	(522)	(583)
Obrigações sociais	202	87
Obrigações fiscais	3.232	4.210
Outras contas a pagar	(668)	157
Credores pela concessão	76	58
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	130.980	103.748
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de imobilizado	(119)	(306)
Adições ao intangível	(3.446)	(14.401)
Aplicações financeiras vinculadas	(55.181)	-
Resgate de aplicações financeiras vinculadas	24.836	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(33.910)	(14.707)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Empréstimos e financiamentos:		
Captações	217	194.245
Pagamentos do principal	(281.426)	(203.164)
Pagamento de juros	(17.355)	(41.802)
Debêntures:		
Captações	506.524	-
Pagamento de juros	(24.294)	-
Pagamento de dividendos	(49.818)	(5.530)
Pagamento de juros sobre o capital próprio	(5.572)	(9.410)
Pagamento de credores pela concessão	(5.845)	(5.625)
Caixa gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	122.431	(71.286)
AUMENTO LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	219.501	17.755
Saldo inicial	32.525	14.770
Saldo final	252.026	32.525

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS PARA OS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
RECEITAS BRUTAS		
Receitas de pedágio	243.855	211.077
Receita dos serviços de construção	4.327	10.790
Receitas acessórias	2.179	1.976
	<u>250.361</u>	<u>223.843</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS E COFINS)		
Custos de serviços prestados	(53.053)	(41.508)
Custos dos serviços de construção	(4.327)	(10.790)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(6.700)	(6.470)
Custo da concessão	(13.327)	(7.767)
Outros	(340)	(251)
	<u>(77.747)</u>	<u>(66.786)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>172.614</u>	<u>157.057</u>
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(35.896)	(31.959)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA SOCIEDADE	<u>136.718</u>	<u>125.098</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	31.794	14.200
	<u>31.794</u>	<u>14.200</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>168.512</u>	<u>139.298</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal:		
Remuneração direta	8.059	7.515
Benefícios	2.374	2.147
FGTS	537	556
Impostos, taxas e contribuições:		
Federais (incluindo IOF)	37.064	30.240
Estaduais	20	21
Municipais	12.249	10.614
Remuneração de capitais de terceiros:		
Juros	50.249	36.124
Aluguéis	1.426	1.389
Outros	1.390	1.534
Remuneração de capitais próprios:		
Juros	5.572	9.410
Dividendos	8.361	3.481
Reserva de lucros	41.211	36.267
	<u>168.512</u>	<u>139.298</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOVIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autovias S.A. “Sociedade” é uma sociedade anônima domiciliada no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Brasil situada na Rodovia Anhangüera, km 312,2, constituída em 23 de julho de 1998. Sua controladora e “holding” é a Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (“OHL”). A Sociedade iniciou as operações em 1º de setembro de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas e Rodagem - DER, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411 de 30 de outubro de 1997, e tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão pelo prazo de 20 anos, a exploração do sistema rodoviário de ligação dos municípios de Franca, Batatais, Ribeirão Preto, Araraquara, São Carlos e Santa Rita do Passa Quatro, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema, serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto, nos termos do contrato de concessão celebrado com o Departamento de Estradas e Rodagem de São Paulo - DER/SP. nº 19/CIC/98.

2. CONCESSÃO

O contrato de concessão e exploração da Rodovia é constituído pelos sistemas rodoviários mencionadas na nota explicativa no. 1. Em decorrência desse contrato de concessão, a Sociedade reconheceu o direito de uso e exploração, registrados no ativo intangível como direito da outorga e, como contrapartida, o passivo na rubrica de credores pela concessão, conforme mencionado nas notas explicativas nº 11 e nº 17, respectivamente.

A Sociedade assumiu os seguintes principais compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão, os quais já se encontram totalmente cumpridos:

Obras

Na SP 255 - Rodovia Antônio Machado Sant’anna:

- Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre os km 2,8 e 48,35;
- Implantação de faixas adicionais ao longo de todo o trecho entre o km 48,35 e o km 77.

Na SP 318 - Rodovia Eng. Thales de Lorena Peixoto Júnior:

- Implantação de faixas adicionais do km 257,8 ao km 280.

Na SP 330 - Rodovia Anhangüera:

- Implantação de vias marginais em Ribeirão Preto (17,2 km).

Na SP 334 - Rodovia Cândido Portinari:

- Complementação da duplicação no trecho entre o km 322 e o km 337;
- Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre o km 337 e o km 348;
- Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre o km 358 e o km 395,5.

Na SP 345 - Rodovia Eng. Ronan Rocha:

- Implantação da 2ª pista e recapeamento da pista existente no trecho compreendido entre o km 10 e o km 36;
- Implantação de vias marginais entre os km 30 e os km 35 do lado direito e entre os km 33 e o km 35 do lado esquerdo.

As obras acima mencionadas foram finalizadas em 31 de dezembro de 2006.

A sociedade estima, na data de 31 de dezembro de 2010, os montantes de R\$ 83.939 referente a investimentos para melhorias na infraestrutura e de R\$ 248.128 referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

Estes valores poderão ser alterados em razão de adequações e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

Referidas estimativas de investimentos foram classificadas mediante laudo contratado junto a peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue:

- (i) Investimentos que geram potencial de receita adicional - Serão registrados somente quando da prestação de serviço de construção, relacionados diretamente com a ampliação/melhoria da infraestrutura.
- (ii) Investimentos que não geram potencial de receita adicional - Foram registrados considerando a totalidade do contrato de concessão e estão apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na Nota explicativa nº 18.2.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferidos à concessionária, ou por ela implantados no âmbito das concessões. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A Sociedade terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição, ou execução devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos 5 anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão

Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas no mês de julho com base na variação do IGP-M ocorrida até 31 de maio.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

3.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e incorporam as alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, bem como os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

3.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

3.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em reais (R\$) foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

3.4. Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC que exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações quanto a incertezas, premissas e estimativas que tenham um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas através de estudos econômicos de projeção de tráfego, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, perdas relacionadas a contas a receber e a elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o melhor julgamento por parte da Administração da Sociedade, relacionadas à probabilidade da ocorrência de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos e estimativas críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão descritas abaixo:

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão conforme determinado pelo ICPC-01 a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: a interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão.

Momento de reconhecimento do ativo intangível:

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão, segregando principalmente os investimentos em dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional; e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional.

- (a) Investimentos que geram potencial de receita adicional - São reconhecidos somente quando da prestação de serviço de construção relacionado à ampliação/melhoria da infraestrutura.
- (b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional - Foram estimados considerando a totalidade do contrato de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 18.2.

Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão:

A Sociedade reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão limitado ao prazo da respectiva concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de demanda. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do Contrato de Concessão.

Determinação das receitas de construção

Quando a Sociedade contrata serviços de construção, esta deve reconhecer a receita de construção realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Sociedade avalia questões relacionadas: à responsabilidade primária pela contratação de serviços de construção, mesmo nos casos que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento, acompanhamento da obra pelas empresas do grupo que efetuam os serviços de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

Provisão para manutenção referente a contratos de concessão

A provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto, para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida aos custos dos serviços do período para manutenção ou recomposição da infraestrutura em um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas a seguir em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras e na preparação do balanço patrimonial de abertura de 1º de janeiro de 2009 com a finalidade da transição para as normas do CPC e para as IFRS.

As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade na elaboração das demonstrações financeiras são:

4.1. Instrumentos financeiros ativos

Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos e de curto prazo de liquidez imediata, em montante conhecido de caixa e sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.

Contas a receber

Apresentadas pelo valor de realização nas datas dos balanços, registradas com base nos valores nominais e não ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações financeiras. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, se necessário, com base em estimativas de perda.

4.2. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, para os casos de ativos qualificáveis. As depreciações são calculadas pelo método linear de acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa nº 10 limitadas, quando aplicável, ao prazo da concessão.

Devido aos ativos não terem saldos relevantes, a Sociedade optou pela não adoção da prática de revisão dos custos históricos dos bens do ativo imobilizado nem pela utilização da prática do custo atribuído (“deemed cost”), conforme opção prevista nos parágrafos 20 a 29 da ICPC 10 - “Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43”, para registro do saldo inicial do ativo imobilizado na adoção inicial do CPC 27 - “Ativo Imobilizado” e da ICPC 10.

Adicionalmente, foram revisados, para o exercício iniciado em 1º. de janeiro de 2010, os efeitos da depreciação decorrentes da primeira análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado, conforme definido no ICPC 10, e não foram identificadas modificações nas estimativas anteriormente determinadas. Conseqüentemente, não há efeitos registrados para o encerramento das demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009.

4.3. Intangível

Como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias relacionadas ao contrato de concessão de serviços, a Sociedade recebeu o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui os encargos de empréstimos capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

4.4. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda de seu valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado para mensurar a perda, se houver. Por se tratar de uma única concessão, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas calcula o montante recuperável dos ativos da concessão como um todo com base em seu valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente antes dos impostos, pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) estimado calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

4.5. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido, quando aplicável.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos que financiarão um ativo qualificável são deduzidos dos encargos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros encargos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.

4.6. Instrumentos financeiros passivos

Classificação como dívida ou patrimônio

Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de uma forma ou outra de acordo com a substância dos termos contratuais.

Empréstimos, financiamentos, fornecedores, debêntures e partes relacionadas

Demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária. Quando aplicável, são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

Credores pela concessão

Correspondem às parcelas fixas a serem pagas ao Poder Concedente, ajustadas a valor presente à razão de 5% ao ano, conforme a nota explicativa nº 17.

A Sociedade ajusta a valor presente o saldo da rubrica “credores pela concessão” registrado nos passivos circulante e não circulante com base nas taxas médias de encargos financeiros da época em que as transações se originaram.

A constituição do ajuste a valor presente teve como contrapartida a rubrica “intangível”, em que está registrado o direito de outorga da concessão. A reversão do ajuste a valor presente tem como contrapartida a rubrica “despesas financeiras”, pelo transcorrer do prazo.

4.7. Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

Impostos correntes:

A provisão para imposto sobre a renda e para a contribuição social é a base tributável do exercício. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

Impostos diferidos:

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base no saldo de prejuízo fiscal, base de cálculo negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para contribuição social.

No imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos estão incluídos os efeitos dos ajustes a valor presente do direito de concessão e os referentes às mudanças de práticas contábeis conforme notas explicativas nºs 5 e 9.

4.8. Arrendamento mercantil

A classificação dos contratos de arrendamento mercantil quando aplicável é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa do exercício pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Os arrendamentos nos quais a Sociedade detêm, substancialmente, todos os riscos e as recompensas da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa de juros efetiva constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas no passivo circulante e no não circulante de acordo com o prazo do contrato. O bem do imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil-econômica do ativo ou de acordo com o prazo do contrato de arrendamento, quando este for menor.

4.9. Provisões

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

As provisões para risco de perda provável em ações judiciais são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e o valor possa ser estimado com segurança. Estas provisões são atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Sociedade. O fundamento e a natureza das provisões de riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 18.

4.10. Reconhecimento de receita

Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção:

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida com base no estágio de conclusão da obra realizada. A receita de operações ou serviços é reconhecida no período que os serviços são prestados. Quando a Sociedade presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

Receitas oriundas das cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objetos das concessões.

4.11. Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representados por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, de depósitos judiciais, de empréstimos e financiamentos e de ajustes a valor presente.

4.12. Ativos e Passivos objeto de Ajuste a Valor Presente

Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Sociedade, a Administração avalia e reconhece os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associados. Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 e 1º de janeiro de 2009, os itens sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- Provisão para investimentos em rodovias (obras futuras): decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Sociedade e portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foram calculados através do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão) e descontados através da aplicação da taxa de desconto de 5% a.a. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco uma vez que as projeções de fluxos das obrigações utilizadas pela Sociedade são por seus valores nominais e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa;
- Provisão para manutenção: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis pré-estabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada em base ao método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima que haja a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, descontado à taxa de 5% a.a. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros efetiva livre de risco, uma vez que os fluxos das obrigações considerados pela Sociedade estão por seus valores nominais e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa;
- Credores da Concessão: decorrentes das obrigações incorridas pela Sociedade relacionadas ao direito de outorga. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada em base ao método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima que haja a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, descontado à taxa de 5% a.a. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros efetiva livre de risco, uma vez que os fluxos das obrigações considerados pela Sociedade estão por seus valores nominais e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

Os saldos nominais e os respectivos saldos a valor presente na data dos balanços estão demonstrados abaixo:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
CIRCULANTE			
Provisão para manutenção - nominal	6.391	11.737	15.365
Provisão para manutenção a valor presente	<u>6.224</u>	<u>11.430</u>	<u>14.963</u>
Efeito ajuste a valor presente	<u>167</u>	<u>307</u>	<u>402</u>
Credores para concessão - nominal	6.801	6.283	6.174
Credores para concessão a valor presente	<u>6.639</u>	<u>6.135</u>	<u>6.026</u>
Efeito ajuste a valor presente	<u>162</u>	<u>148</u>	<u>148</u>
NÃO CIRCULANTE			
Provisão para investimentos em rodovias - nominal	2.900	2.900	2.900
Provisão para investimentos em rodovia a valor presente	<u>2.061</u>	<u>1.964</u>	<u>1.870</u>
Efeito ajuste a valor presente	<u>839</u>	<u>936</u>	<u>1.030</u>
Provisão para manutenção - nominal	34.571	22.442	19.316
Provisão para manutenção a valor presente	<u>28.811</u>	<u>18.730</u>	<u>16.769</u>
Efeito ajuste a valor presente	<u>5.760</u>	<u>3.712</u>	<u>2.547</u>
Credores para concessão - nominal	42.246	43.642	50.197
Credores para concessão a valor presente	<u>34.277</u>	<u>34.604</u>	<u>38.906</u>
Efeito ajuste a valor presente	<u>7.969</u>	<u>9.038</u>	<u>11.291</u>

A recomposição dos saldos aos seus valores nominais pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira na demonstração do resultado do exercício.

4.13. Dividendos e juros sobre capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Sociedade incluída no dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade, conforme divulgado na nota explicativa nº19.

5. ADOÇÃO DOS NOVOS PRONUNCIAMENTOS EMITIDOS PELO CPC E DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIO FINANCEIRO (IFRS) EMITIDAS PELO INTERNATIONAL ACCOUNTING BOARD - IASB

Na preparação das suas demonstrações financeiras, a Sociedade adotou todos os pronunciamentos e respectivas interpretações e orientações técnicas emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM, que juntamente com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira são denominados como práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras apresentadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 também são as primeiras demonstrações financeiras apresentadas de acordo com as IFRS.

A Sociedade aplicou as práticas contábeis definidas na nota explicativa nº 4 em todos os períodos apresentados, o que inclui o balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2009. Na mensuração dos ajustes e preparação desse balanço patrimonial de abertura, a Sociedade aplicou os requerimentos constantes no CPC 43 (R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40 e no CPC 37 (R1) e IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. Para isso, a Sociedade efetuou nas duas demonstrações financeiras os ajustes descritos a seguir.

Exceções obrigatórias e isenções opcionais na adoção dos novos pronunciamentos

Com base no CPC 37 (R1) e na IFRS 1, é permitida, na adoção inicial dos novos pronunciamentos, a aplicação de procedimentos voluntários, caso haja divergências quanto às práticas contábeis anteriormente adotadas; porém, a norma também proíbe o ajuste de determinadas transações retrospectivamente.

O julgamento da Administração quanto às exceções obrigatórias e às isenções opcionais na adoção inicial dos novos pronunciamentos é descrito e foi aplicado da seguinte forma:

- a) Mensuração do ativo imobilizado ao valor justo: considerando as características e os valores dos grupos de ativos contabilizados na rubrica “Ativo imobilizado”, a Sociedade entende que os valores atribuídos a esta classe de ativos correspondem ao valor justo; portanto, não optou por remensurar esses ativos na data de transição, mas optou pela manutenção do custo histórico de aquisição, como permitido, em linha com os novos pronunciamentos.
- b) Transição de contabilização para o Contrato de Concessão: Dada a impossibilidade de reconstruir de forma confiável os dados históricos, a aplicação prospectiva foi adotada pela Sociedade.

Os efeitos da aplicação dos novos pronunciamentos, interpretações e orientações técnicas por parte do CPC e das IFRSs, são como segue:

Efeitos da adoção dos CPCs e das IFRSs no balanço de abertura de 1º de janeiro de 2009

<u>Ativos</u>	<u>Saldo original</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Saldo ajustado</u>
CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	14.770	-	14.770
Contas a receber	9.515	-	9.515
Estoques	737	-	737
Impostos a recuperar	1.050	-	1.050
Despesas antecipadas	1.860	-	1.860
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>768</u>	<u>(768)</u>	<u>-</u>
Total dos ativos circulantes	28.700	(768)	27.932
NÃO CIRCULANTES			
Realizável a longo prazo:			
Empréstimos a partes relacionadas	117.579	-	117.579
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.346	11.930	13.276
Imobilizado	353.670	(352.286)	1.384
Intangível	<u>14.272</u>	<u>353.058</u>	<u>367.330</u>
Total dos ativos não circulantes	486.867	12.702	499.569
TOTAL DOS ATIVOS	<u>515.567</u>	<u>11.934</u>	<u>527.501</u>

<u>Passivos e patrimônio líquido</u>	<u>Saldo original</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Saldo ajustado</u>
CIRCULANTES			
Fornecedores	3.805	-	3.805
Fornecedores - partes relacionadas	1.118	-	1.118
Empréstimos e financiamentos	41.666	-	41.666
Obrigações sociais	2.170	-	2.170
Obrigações fiscais	6.972	-	6.972
Cauções contratuais de fornecedores	2.208	-	2.208
Outras contas a pagar	1.577	-	1.577
Provisão para contingências	572	-	572
Provisão para manutenção em rodovias	-	14.963	14.963
Credores pela concessão	6.026	-	6.026
Dividendos propostos	2.612	-	2.612
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>1.266</u>	<u>(1.266)</u>	<u>-</u>
Total dos passivos circulantes	<u>69.992</u>	<u>13.697</u>	<u>83.689</u>
NÃO CIRCULANTES			
Empréstimos e financiamentos	263.723	-	263.723
Credores pela concessão	38.906	-	38.906
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.309	1.266	2.575
Provisão para manutenção em rodovias	-	16.769	16.769
Provisão para investimentos em rodovias	-	1.870	1.870
Outros	<u>109</u>	<u>-</u>	<u>109</u>
Total dos passivos não circulantes	<u>304.047</u>	<u>19.905</u>	<u>323.952</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social subscrito	128.514	-	128.514
Capital social a integralizar	<u>(10.859)</u>	<u>-</u>	<u>(10.859)</u>
Capital social integralizado	117.655	-	117.655
Reserva de capital	330	-	330
Reservas de lucros	<u>23.543</u>	<u>(21.668)</u>	<u>1.875</u>
Total do patrimônio líquido	<u>141.528</u>	<u>(21.668)</u>	<u>119.860</u>
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>515.567</u>	<u>11.934</u>	<u>527.501</u>

Efeitos da adoção dos CPCs e das IFRSs no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2009

<u>Ativos</u>	<u>Saldo original</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Saldo ajustado</u>
CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	32.525	-	32.525
Contas a receber	11.334	-	11.334
Empréstimos a partes relacionadas	14.489	-	14.489
Estoques	725	-	725
Impostos a recuperar	610	-	610
Despesas antecipadas	2.433	-	2.433
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>768</u>	<u>(768)</u>	<u>-</u>
Total dos ativos circulantes	<u>62.884</u>	<u>(768)</u>	<u>62.116</u>

<u>Ativos</u>	<u>Saldo original</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Saldo ajustado</u>
NÃO CIRCULANTES			
Realizável a longo prazo:			
Empréstimos a partes relacionadas	114.000	-	114.000
Despesas Antecipadas	375	-	375
Imposto de renda e contribuição social diferidos	663	14.569	15.232
Imobilizado	343.241	(341.949)	1.292
Intangível	<u>12.865</u>	<u>333.482</u>	<u>346.347</u>
Total dos ativos não circulantes	471.144	6.102	477.246
TOTAL DOS ATIVOS	<u>534.028</u>	<u>5.334</u>	<u>539.362</u>
	<u>Saldo original</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Saldo ajustado</u>
<u>Passivos e patrimônio líquido</u>			
CIRCULANTES			
Fornecedores	2.621	-	2.621
Fornecedores - partes relacionadas	918	-	918
Empréstimos e financiamentos	284.677	-	284.677
Obrigações sociais	2.257	-	2.257
Obrigações fiscais	9.257	-	9.257
Cauções contratuais de fornecedores	1.572	-	1.572
Outras contas a pagar	1.734	-	1.734
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	823	-	823
Provisão para manutenção em rodovias	-	11.430	11.430
Credores pela concessão	6.135	-	6.135
Dividendos propostos	3.481	-	3.481
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>335</u>	<u>(335)</u>	<u>-</u>
Total dos passivos circulantes	313.810	11.095	324.905
NÃO CIRCULANTES			
Empréstimos e financiamentos	4.673	-	4.673
Credores pela concessão	34.604	-	34.604
Imposto de renda e contribuição social diferidos	827	335	1.162
Provisão para manutenção em rodovias	-	18.730	18.730
Provisão para investimentos em rodovias	-	1.964	1.964
Outros	<u>115</u>	<u>-</u>	<u>115</u>
Total dos passivos não circulantes	40.219	21.029	61.248
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social subscrito	128.514	-	128.514
Capital social a integralizar	<u>(10.859)</u>	<u>-</u>	<u>(10.859)</u>
Capital social integralizado	117.655	-	117.655
Reserva de capital	330	-	330
Reservas de lucros	<u>62.014</u>	<u>(26.790)</u>	<u>35.224</u>
Total do patrimônio líquido	179.999	(26.790)	153.209
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>534.028</u>	<u>5.334</u>	<u>539.362</u>

Efeitos da adoção dos CPCs e das IFRSs no patrimônio líquido em 31 de dezembro e 1º de janeiro de 2009

	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
Patrimônio líquido divulgado pelos critérios contábeis anteriores	179.999	141.528
Ajustes por adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis emitidos:		
Despesa financeira decorrente de ajuste a valor presente	(2.274)	(740)
Provisão para manutenção de rodovias	(51.572)	(31.733)
Mudança de critério da amortização de investimentos	13.677	-
Amortização do intangível de obras que não geram benefícios	(422)	(357)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o resultado dos ajustes	<u>13.801</u>	<u>11.162</u>
Total dos ajustes	<u>(26.790)</u>	<u>(21.668)</u>
Patrimônio líquido ajustado pela aplicação dos novos CPCs	<u>153.209</u>	<u>119.860</u>

Efeitos da adoção dos CPCs e das IFRSs no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2009

	Saldos originalmente <u>apresentados</u>	<u>Ajustes</u>	Saldos ajustados
RECEITA OPERACIONAL BRUTA			
Receitas de pedágio	211.077	-	211.077
Receitas de obras	-	10.790	10.790
Receitas acessórias	<u>1.976</u>	<u>-</u>	<u>1.976</u>
	<u>213.053</u>	<u>10.790</u>	<u>223.843</u>
DEDUÇÕES DA RECEITA			
Impostos e contribuições	(18.468)	-	(18.468)
	<u>194.585</u>	<u>10.790</u>	<u>205.375</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA			
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS			
Custos dos serviços prestados	(79.805)	(6.227)	(86.032)
Custos dos serviços de construção	-	(10.790)	(10.790)
	<u>114.780</u>	<u>(6.227)</u>	<u>108.553</u>
LUCRO BRUTO			
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas administrativas	(13.589)	-	(13.589)
Despesas tributárias	(389)	-	(389)
Remuneração da administração	(418)	-	(418)
Outras receitas operacionais líquidas			
	<u>100.384</u>	<u>(6.227)</u>	<u>94.157</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO			
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	14.200	-	14.200
Despesas financeiras	<u>(37.499)</u>	<u>(1.534)</u>	<u>(39.033)</u>
	<u>(23.299)</u>	<u>(1.534)</u>	<u>(24.833)</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	<u>77.085</u>	<u>(7.761)</u>	<u>69.324</u>
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(23.536)	-	(23.536)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	731	2.639	3.370
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>54.280</u>	<u>(5.122)</u>	<u>49.158</u>

Efeitos da adoção dos CPCs e das IFRSs na demonstração dos fluxos de caixa

	Em 31/12/2009 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)		
	Saldos		
	<u>originalmente apresentados</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Saldos ajustados</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais	126.599	(22.851)	103.748
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(37.558)	22.851	(14.707)
Fluxo de caixa das atividade de financiamento	(71.286)	-	(71.286)

Notas sobre as reconciliações apresentadas acima:

a) ICPC 01 e OCPC05 (equivalente ao IFRIC 12) - Contratos de Concessão:

A partir de 1º de janeiro de 2010 (efeitos de abertura 1º de janeiro de 2009 para fins de comparação) a Sociedade adotou e utilizou para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão as disposições da ICPC-01. Esta Interpretação orienta a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas.

Conforme permitido pelo ICPC-01, suas disposições foram aplicadas prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2009 (data de transição), dada a impossibilidade de reconstruir, de forma confiável, os efeitos anteriores àquela data, pela falta de dados históricos do contrato de concessão. A Sociedade utilizou como alternativa, as seguintes medidas transitórias:

- i) Identificou e reconheceu os ativos financeiros e ativos intangíveis que existiam na data de transição (1º de janeiro de 2009);
- ii) Utilizou os montantes registrados anteriormente desses ativos financeiros e intangíveis (independentemente da classificação anterior) como sendo os montantes sob a ICPC-01, na data de transição;
- iii) Testou a recuperação do intangíveis reconhecidos na data de transição.

O contrato de concessão foi reclassificado para a rubrica “Ativo intangível”.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
Caixa e bancos	2.048	3.002	3.675
Aplicações financeiras (*)	<u>249.978</u>	<u>29.523</u>	<u>11.095</u>
Total caixa equivalentes de caixa	<u>252.026</u>	<u>32.525</u>	<u>14.770</u>

(*) Representadas por aplicações com liquidez imediata, insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição, cuja composição é apresentada a seguir:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
Certificados de depósito bancário	5.999	29.523	11.095
Cotas de fundo de investimentos	<u>243.979</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>249.978</u>	<u>29.523</u>	<u>11.095</u>

7. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
Pedágio eletrônico	12.307	10.439	8.698
Cupons de pedágio	582	473	468
Receitas acessórias	<u>66</u>	<u>62</u>	<u>57</u>
	<u>12.955</u>	<u>10.974</u>	<u>9.223</u>

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis nas datas dos balanços.

O prazo médio de vencimento das contas a receber é de trinta dias.

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

Estão representados por:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
Imposto de renda retido na fonte - IRRF sobre aplicações financeiras	3.291	58	419
Imposto de renda retido na fonte - IRRF sobre mútuo	581	445	631
Outros impostos a recuperar	<u>57</u>	<u>107</u>	<u>-</u>
	<u>3.929</u>	<u>610</u>	<u>1.050</u>

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Estão representados por:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
Diferenças temporárias:			
Bases do ativo diferido:			
Provisão para contingências	1.163	823	572
Direito de concessão incorporado (1)	1.129	3.387	5.646
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis:			
Provisão para manutenção de rodovias	35.035	30.160	31.732
Provisão para investimentos em rodovias	2.061	1.964	1.870
Diferenças de intangível e imobilizado, líquidas	<u>20.175</u>	<u>8.467</u>	<u>(772)</u>
Base de cálculo	59.563	44.801	39.048
Alíquota nominal	34%	34%	34%
Total do ativo não circulante	<u>20.251</u>	<u>15.232</u>	<u>13.276</u>

31/12/2010 31/12/2009 01/01/2009

Bases do passivo diferido:			
Ajustes de leasing financeiro	143	194	129
Ajuste ao valor presente (2)	2.327	2.623	4.127
Ajuste dos encargos financeiros	-	600	3.318
Base de cálculo	2.470	3.417	7.574
Alíquota nominal	34%	34%	34%
Total do passivo não circulante	<u>840</u>	<u>1.162</u>	<u>2.575</u>

- (1) Refere-se a crédito do imposto de renda e de contribuição social decorrente da amortização, do direito de concessão incorporado, registrada até a data base da cisão da controladora OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., ocorrida em junho de 2006 e, até então, controlado na “parte B” do livro de apuração do lucro real - LALUR da controladora. Com a incorporação da participação da controladora, a Sociedade registrou este crédito que, atendendo a legislação fiscal, é amortizado à razão de 20% ao ano.
- (2) O montante de R\$ 2.327 (R\$ 2.623 em 31 dezembro de 2009 e R\$ 4.127 em 1º de janeiro de 2009), foi gerado através do ajuste ao valor presente do registro da outorga.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade e suas projeções de resultados constituem-se em estimativas de sua Administração. Portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicada pelas projeções de resultado tributável é como segue:

<u>Exercício a findar em</u>	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>
2011	2.547	109
2012	2.320	109
2013	2.435	109
2014	2.558	109
Após 2014	<u>10.391</u>	<u>404</u>
	<u>20.251</u>	<u>840</u>

10. IMOBILIZADO

A movimentação do imobilizado é como segue:

<u>Custo do imobilizado</u>	<u>Equipamento Mobiliário</u>	<u>Instalações</u>	<u>Veículos</u>	<u>Total</u>
Saldo em 01/01/2009	1.099	608	627	2.334
Adições	188	47	71	306
Alienações/baixas	<u>(7)</u>	<u>(5)</u>	<u>(149)</u>	<u>(161)</u>
Saldos em 31/12/2009	1.280	650	549	2.479
Adições	-	11	108	119
Transferências	-	3	(3)	-
Alienações/baixas	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(293)</u>	<u>(293)</u>
Saldos em 31/12/2010	<u>1.280</u>	<u>664</u>	<u>361</u>	<u>2.305</u>

	<u>Equipamento Mobiliário</u>	<u>Instalações</u>	<u>Veículos</u>	<u>Total</u>
<u>Depreciação acumulada</u>				
Saldo em 01/01/2009	(465)	(249)	(236)	(950)
Depreciação/amortização	(171)	(62)	(120)	(353)
Alienações/baixas	<u>5</u>	<u>-</u>	<u>111</u>	<u>116</u>
Saldos em 31/12/2009	(631)	(311)	(245)	(1.187)
Depreciação/amortização	(149)	(60)	(78)	(287)
Alienações/baixas	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>181</u>	<u>181</u>
Saldos em 31/12/2010	<u>(780)</u>	<u>(371)</u>	<u>(142)</u>	<u>1.293</u>
<u>Imobilizado líquido</u>				
Saldos em 01/01/2009	634	359	391	1.384
Saldos em 31/12/2009	649	339	304	1.292
Saldos em 31/12/2010	500	293	219	1.012
Taxas de depreciação	17%	10%	20%	-

11. INTANGÍVEL

A movimentação do intangível é como segue:

	<u>Intangível em Rodovia - Obras e Serviços (a)</u>	<u>Direito de Outorga da Concessão (b)</u>	<u>Direito de Outorga da Incorporação (c)</u>	<u>Softwares</u>	<u>Intangível em Andamento</u>	<u>Total</u>
<u>Custo do intangível</u>						
Saldos em 01/01/2009	569.462	28.254	192	2.064	9.167	609.139
Adições	1.883	-	-	276	10.240	12.399
Transferências	11.830	-	-	-	(11.830)	-
Alienações/baixas	<u>(195)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.749)</u>	<u>(1.944)</u>
Saldos em 31/12/2009	<u>582.980</u>	<u>28.254</u>	<u>192</u>	<u>2.340</u>	<u>5.828</u>	<u>619.594</u>
Adições	2.260	-	-	211	1.691	4.162
Transferências	415	-	-	-	(415)	-
Alienações/baixas	<u>(295)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(295)</u>
Saldos em 31/12/2010	<u>585.360</u>	<u>28.254</u>	<u>192</u>	<u>2.551</u>	<u>7.104</u>	<u>623.461</u>
<u>Amortização acumulada</u>						
Saldos em 01/01/2009	(225.571)	(14.598)	(96)	(1.544)	-	(241.809)
Amortização	(30.395)	(1.148)	(8)	(55)	-	(31.606)
Transferências	-	-	-	-	-	-
Alienações/baixas	<u>168</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>168</u>
Saldos em 31/12/2009	<u>(255.798)</u>	<u>(15.746)</u>	<u>(104)</u>	<u>(1.599)</u>	<u>-</u>	<u>(273.247)</u>
Amortização	(34.241)	(1.270)	(9)	(89)	-	(35.609)
Transferências	-	-	-	-	-	-
Alienações/baixas	<u>184</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>184</u>
Saldos em 31/12/2010	<u>(289.855)</u>	<u>(17.016)</u>	<u>(113)</u>	<u>(1.688)</u>	<u>-</u>	<u>308.672</u>
<u>Intangível líquido</u>						
Saldos em 01/01/2009	343.891	13.656	96	520	9.167	367.330
Saldos em 31/12/2009	327.182	12.508	88	741	5.828	346.347
Saldos em 31/12/2010	295.505	11.238	79	863	7.104	314.789

- (a) Refere-se a obras e serviços de pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras-de-arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros.
- (b) Refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário ajustado a valor presente. Vide nota explicativa nº 17.
- (c) Refere-se a direito de outorga proveniente da incorporação da parcela cindida, em junho de 2006, da controladora OHL Brasil Participações em Infraestrutura Ltda. Em exercícios anteriores essa rubrica era denominada como ágio incorporado. Por entender que, na essência, esse montante é relativo a direito de outorga, em 2009 a Administração da Sociedade mudou a nomenclatura da rubrica para direito de outorga são.

Os ativos intangíveis são amortizados com base na curva de tráfego projetada.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

<u>Modalidade</u>	<u>Encargos</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
<u>Passivo circulante</u>				
Financiamento de obras (a)	TJLP + 3,3% a 5% a.a.	2.430	2.441	2.449
Financiamento de equipamentos (b)	TJLP + 3,3% a 3,95% a.a.	833	1.664	1.663
Capital de giro (c)	CDI + 0,083% a.a. a CDI + 2,5% a.a.	-	280.503	37.393
Leasing (d)	100% do CDI	<u>13</u>	<u>69</u>	<u>161</u>
Passivo circulante		3.276	284.677	41.666
<u>Passivo não circulante</u>				
Financiamento de obras (a)	TJLP + 3,3% a 5% a.a.	1.229	3.646	6.056
Financiamento de equipamentos (b)	TJLP + 3,3% a 3,95% a.a.	395	1.015	2.664
Capital de giro (c)	CDI + 0,083% a.a. a CDI + 2,5% a.a.	-	-	254.929
Leasing (d)	100% do CDI	-	12	74
Passivo não circulante		<u>1.624</u>	<u>4.673</u>	<u>263.723</u>
		<u>4.900</u>	<u>289.350</u>	<u>305.389</u>

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

- (a) Recursos obtidos através do Fname/BNDES para financiamento de obras. Em 31 de dezembro de 2010, as garantias estão representadas por aval dos acionistas e nota promissória no montante de R\$ 3.472.
- (b) Recursos obtidos através do Fname/BNDES para financiamento de equipamentos, destacando-se principalmente a implantação do sistema de monitoramento e controle da operação do sistema rodoviário. Em 31 de dezembro de 2010, as garantias estão representadas por aval dos acionistas e nota promissória no montante de R\$ 8.134.
- (c) Recursos obtidos para financiamento de capital de giro através de emissão de cédulas de crédito bancário e notas promissórias, entre outros, liquidados até 31 de dezembro de 2010.
- (d) O saldo refere-se à operação de arrendamento mercantil-“leasing” de equipamentos de informática.

13. DEBÊNTURES

Em 15 de março de 2010 a Sociedade emitiu 405.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1.000 (um mil reais), sendo 285.000 debêntures da 1ª série com prazo de 5 anos e juros de CDI +1,60% a.a. e 120.000 debêntures da 2ª série com prazo de 7 anos, atualizadas monetariamente pelo IPCA e com remuneração de 8% a.a.. Em 22 de novembro de 2010, foi realizada a 2ª emissão de debêntures em série única no montante de 1.000 debêntures ao valor nominal unitário de R\$ 100.000 (cem mil reais), com prazo de 5 anos e remuneração de CDI + 1,70% a.a., conforme tabela abaixo:

	Taxas <u>Contratuais (%)</u>	Custo <u>Efetivo (%) (a)</u>	<u>Vencimentos até</u>	<u>31/12/2010</u>	
				<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
1ª Série	CDI + 1,6% a.a.	0,2662% a.a.	Março/2015	68.647	217.945
2ª Série	IPCA + 8% a.a.	0,1811% a.a.	Março/2017	7.940	124.775
2ª Emissão	CDI + 1,7% a.a.	0,0220% a.a.	Novembro/2015	<u>7.249</u>	<u>94.118</u>
Total				83.836	436.838
Despesa de emissão				<u>(1.160)</u>	<u>(2.462)</u>
				<u>82.676</u>	<u>434.376</u>

CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

- (a) As despesas incorridas na emissão das debêntures no montante de R\$ 2.266 e R\$ 1.296 para 1ª série e a 2ª série, respectivamente, e de R\$ 797 para a 2ª emissão estão sendo amortizadas pelo período de vigência das debêntures.

As debêntures foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido, da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito abaixo:

	<u>Data emissão</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Data integralização</u>	<u>Valor subscrito</u>
1ª Série	15/03/10	285.000	26/04/10	288.137
2ª Série	15/03/10	120.000	27/04/10	121.900
2ª Emissão	22/11/10	<u>100.000</u>	16/12/10	<u>100.846</u>
		<u>505.000</u>		<u>510.883</u>

A remuneração das debêntures da 1ª série da 1ª emissão será paga trimestralmente todo dia 15 dos meses de março, junho, setembro e dezembro e será amortizada trimestralmente a partir de 15 de março de 2011. A remuneração das debêntures da 2ª série da 1ª emissão será paga anualmente todo dia 15 do mês de março, e será amortizada anualmente a partir de 15 de março de 2015.

A remuneração das debêntures da 2ª emissão será paga trimestralmente todo dia 22 dos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro e será amortizada trimestralmente a partir de 22 de novembro de 2011. Em 31 de dezembro de 2010, as parcelas relativas ao saldo de longo prazo das duas emissões apresentavam a seguinte composição:

2012	89.638
2013	89.875
2014	90.111
2015	81.675
2016	41.502
2017	<u>41.575</u>
	<u>434.376</u>

As debêntures da 1ª e 2ª emissão contêm cláusulas restritivas que implicam em vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme divulgados na seção “*Informações Relativas à Oferta - Vencimento Antecipado do Prospecto Definitivo de Distribuição Pública*”, arquivado junto a CVM.

Em 31 de dezembro de 2010, a Sociedade não apresenta desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

As debêntures são garantidas por:

1. Penhor de 99,99% das ações de emissão da Emissora. O percentual de penhor será reduzido, conforme as debêntures forem sendo amortizadas.
2. Cessão Fiduciária de 80% dos Direitos Creditórios Decorrentes da Exploração das Praças de Pedágio. O percentual da cessão será proporcionalmente reduzido na medida em que as debêntures forem amortizadas.
3. Cessão Fiduciária de 100% dos Direitos Creditórios de Indenização.
4. Todas as cotas de emissão do Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento (*Sinking Fund*), conforme descrito abaixo.

Aplicações financeiras vinculadas (*Sinking Fund*): Como garantia ao fiel e total cumprimento das obrigações assumidas, a Sociedade vem retendo/depositando diariamente parte de seus recebíveis para fazer frente aos pagamentos dos juros trimestrais e das parcelas do principal das debêntures da 1ª série e dos juros anuais da 2ª série, para que ao final de cada período de juros ou de amortização de principal o valor referente ao pagamento esteja constituído. Esses recursos são mantidos em Fundo de Investimento constituído especificamente para esta finalidade. Em 31 de dezembro de 2010, o valor desta aplicação é representado por:

Ativo circulante	31.371
Ativo não circulante	53

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010 essas aplicações foram remuneradas entre 100,0% e 100,5% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

14. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Estão representadas por:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
Imposto de renda	5.814	4.920	3.646
Contribuição social	2.155	1.823	1.344
IRRF	166	583	143
PIS	142	126	113
COFINS	657	580	521
Tributos federais retidos	257	201	259
ISS	<u>1.211</u>	<u>1.024</u>	<u>946</u>
Total	<u>10.402</u>	<u>9.257</u>	<u>6.972</u>

15. CAUÇÕES CONTRATUAIS

Referem-se a 5% do valor das notas fiscais relativas à prestação de serviços por empreiteiras, que serão pagos após o término e a aprovação da obra pela Administração da Sociedade. Os saldos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 e em 1º de janeiro de 2009, estavam representados respectivamente, por R\$ 1.088, R\$ 1.572 e R\$ 2.208.

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contrato de serviços de construção, execução de obras, alugueis e mútuo para capital de giro.

Os saldos e transações realizadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 e em 1º de janeiro de 2009 (saldos patrimoniais), com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
Ativo circulante:			
Transações com partes relacionadas:			
Mútuos - Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (a)	26.313	14.489	-
Fornecedores com partes relacionadas:			
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (c)	94	107	-
Paulista Infra-Estrutura Ltda. (b)	138	137	229
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (b)	857	370	889
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (b)	<u>318</u>	<u>304</u>	<u>-</u>
	<u>1.407</u>	<u>918</u>	<u>1.118</u>
Dividendos propostos:			
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.	8.361	3.481	2.612
Ativo não circulante:			
Transações com partes relacionadas:			
Mútuos - Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (a)	114.000	114.000	117.579

Resultado	31/12/2010				31/12/2009			
	Serviços prestados em conservação de rotina	Serviços de Manutenção	Receita financeira	Despesas de aluguel	Serviços prestados em conservação de rotina	Serviços de Manutenção	Receita financeira	Despesas de aluguel
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A	-	-	13.911	356	-	-	12.835	292
Paulista Infra-Estrutura Ltda. (2)	-	1.838	-	-	-	1.671	-	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (2)	1.304	7.659	-	-	615	8.385	-	-
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (2)	<u>86</u>	<u>3.445</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.709</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>1.390</u>	<u>12.942</u>	<u>13.911</u>	<u>356</u>	<u>615</u>	<u>11.765</u>	<u>12.835</u>	<u>292</u>

- (1) Refere-se a mútuos obtidos para o financiamento das operações da Sociedade e dos gastos iniciais na análise e no levantamento qualitativos e quantitativos para a participação da Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (“OHL”) (sociedade controladora) no processo de licitação da concessão e das notas de débitos relacionadas às despesas advocatícias, entre outras similares. Os juros são calculados tendo como base 100% da variação do CDI mais 1,037% ao ano.

O saldo é composto como segue:

Data da liberação	Vencimento	Encargos	Valor do principal	Saldo devedor em		
				31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
22/08/2008	22/08/12	CDI + 1,037% a.a.	40.000	49.830	45.631	41.745
18/09/2008	18/09/12	CDI + 1,037% a.a.	48.000	59.288	54.292	49.701
04/12/2008	04/12/12	CDI + 1,037% a.a.	3.000	3.613	3.308	3.026
17/12/2008	17/12/12	CDI + 1,037% a.a.	<u>23.000</u>	<u>27.582</u>	<u>25.258</u>	<u>23.107</u>
			<u>114.000</u>	<u>140.313</u>	<u>128.489</u>	<u>117.579</u>

Os juros vencem anualmente no mês de dezembro, contados a partir de dezembro de 2011. Para os contratos cujo vencimento do principal ocorrer em data diferente do mês de dezembro, os juros incorridos serão recebidos na mesma data do principal.

- (2) Os saldos e transações, registrados em fornecedores, classificados no passivo circulante e custo dos serviços prestados, respectivamente, são relativo às operações mercantis e referem-se a serviços prestados em conservação de rotina e execução de obras nas rodovias.

No decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 a Sociedade pagou o montante de R\$ 520 e R\$ 418 respectivamente, a título de remuneração de seus administradores. Esses valores correspondem basicamente à remuneração da diretoria e aos respectivos encargos sociais. Esses diretores não recebem renda variável, não obtiveram nem concederam empréstimos à Sociedade e não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade concede Participação nos Lucros e Resultados - PLR a seus colaboradores. O pagamento dessas participações está vinculado ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. Os valores apurados ao final do exercício são apropriados ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para participações nos lucros e resultados - PLR registrados em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 na rubrica de obrigações sociais é de R\$ 821 e R\$ 504 respectivamente. As metas são como seguem:

a) Dos participantes:

Os Participantes nos resultados da Sociedade são os empregados ou ex-empregados que foram demitidos no período de abrangência do plano.

Participam os ex-empregados que não foram demitidos por justa causa. No caso de demissão, a participação é proporcional ao tempo trabalhado.

b) Definição dos valores:

São considerados critérios para a definição dos valores a serem pagos, sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. Os critérios são: tempo real trabalhado no período, o absenteísmo, as advertências e as suspensões.

17. CREDORES PELA CONCESSÃO

Refere-se ao saldo do ônus da concessão, o qual é composto pelos valores devidos ao Departamento de Estradas de Rodagem - São Paulo - DER/SP pela outorga da concessão, ajustado a valor presente.

O valor do ônus da concessão será liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em setembro de 1998, sem considerar a extensão do prazo de concessão comentado na nota 2. O montante é reajustado pelas mesmas fórmulas e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado às tarifas de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês.

Conforme estabelecido nos contratos de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas em julho de cada ano com base na variação do IGP-M ocorrida até 31 de maio. Dessa maneira, o montante da obrigação foi determinado conforme segue:

Circulante	Valor presente			Valor nominal (*)		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Direito de outorga	5.989	5.561	5.510	6.151	5.709	5.658
Parcela variável (a)	650	574	516	650	574	516
Total	<u>6.639</u>	<u>6.135</u>	<u>6.026</u>	<u>6.801</u>	<u>6.283</u>	<u>6.174</u>

(a) A parcela variável correspondente a 3% da receita bruta mensal efetivamente obtida, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.

Não circulante	Valor presente			Valor nominal (*)		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Direito de outorga	34.277	34.604	38.906	42.246	43.642	50.197

(*) Valores inseridos somente como informação adicional.

A quantidade de parcelas a serem pagas em 31 de dezembro de 2010 está assim representada:

	Parcelas		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo de parcelas	12	80	92

Em 31 de dezembro de 2010, as parcelas relativas ao valor nominal classificadas no passivo não circulante apresentavam a seguinte composição:

Ano de vencimento

2012	6.337
2013	6.337
2014	6.337
Acima de 2014	<u>23.235</u>
	<u>42.246</u>

Os valores pagos pela Sociedade no decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 ao Poder Concedente estão assim representados:

<u>Valores pagos</u>	<u>Outorga</u>		<u>Total</u>
	<u>Fixa</u>	<u>Variável</u>	
Ano de 2010	5.845	7.305	13.150
Ano de 2009	<u>5.625</u>	<u>6.335</u>	<u>11.960</u>
Total	<u>11.470</u>	<u>13.640</u>	<u>25.110</u>

18. PROVISÕES

18.1. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

A Sociedade é parte envolvida em processos judiciais de naturezas cível e trabalhista, esses processos estão em fase de defesa administrativa ou em trâmite na esfera judicial. A movimentação dos montantes provisionados no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, segundo a natureza dos respectivos processos, é como segue:

	<u>31/12/2009</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>31/12/2010</u>
Cíveis	631	270	(1)	900
Trabalhistas	<u>192</u>	<u>80</u>	<u>(9)</u>	<u>263</u>
Total	<u>823</u>	<u>349</u>	<u>(9)</u>	<u>1.163</u>

	<u>01/01/2009</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>31/12/2009</u>
Cíveis	396	249	(14)	631
Trabalhistas	<u>176</u>	<u>92</u>	<u>(76)</u>	<u>192</u>
Total	<u>572</u>	<u>341</u>	<u>(90)</u>	<u>823</u>

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível pelos seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões para contingências. Tais processos totalizam R\$ 4.096 de causas cíveis e R\$ 1.503 de causas trabalhistas em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 3.400 de causas cíveis e R\$ 1.450 de causas trabalhistas em 31 de dezembro de 2009).

18.2. Provisão para manutenção e investimentos em rodovias

A contabilização da provisão para manutenção e para investimentos nas rodovias são calculadas, respectivamente, com base na melhor estimativa de gasto a serem incorridos com reparos e substituições e serviços de construção e melhorias, sendo que a provisão de investimentos são considerados os valores até o final da concessão e a manutenção são considerados os valores da próxima intervenção, conforme descritos na notas explicativas nºs 3.4 e 5.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 e 1º de janeiro de 2009 é conforme segue:

<u>Provisões</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	
	<u>Manutenção em rodovias</u>	<u>Manutenção em rodovias</u>	<u>Investimentos em rodovias</u>
Saldos em 01/01/2009	14.963	16.769	1.870
Adições	-	18.191	94
Utilizações	(19.763)	-	-
Transferências	<u>16.230</u>	<u>(16.230)</u>	<u>-</u>
Saldos em 31/12/2009	11.430	18.730	1.964
Adições	-	23.732	97
Utilizações	(18.857)	-	-
Transferências	<u>13.651</u>	<u>(13.651)</u>	<u>-</u>
Saldos em 31/12/2010	<u>6.224</u>	<u>28.811</u>	<u>2.061</u>

Os valores acima estão apresentados em valor presente calculados à taxa de desconto de 5% a.a.. Os saldos de provisão para manutenção em rodovias e investimentos a valor nominal correspondem a R\$ 40.962 e R\$ 2.900 respectivamente em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 34.179 e R\$ 2.900 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 34.681 e R\$ 2.900 em 1º de janeiro de 2009).

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) O valor do capital social em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 é de R\$ 128.514 e está representado respectivamente em cada exercício por 125.040.451 ações ordinárias sem valor nominal, conforme demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.		
Participação acionária	100%	100%
Quantidade de ações subscritas	125.040.451	125.040.451
Quantidade de ações integralizadas	114.181.880	114.181.880

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral.

b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para contingências, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembléia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de dividendo obrigatório de, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O limite máximo para determinação dos juros sobre o capital próprio é definido com base no patrimônio líquido da Sociedade, usando a taxa de juros a longo prazo - TJLP estabelecida pelo governo brasileiro e, conforme exigência legal é limitado a 50% do lucro líquido do período ou 50% do saldo de lucros acumulados antes de incluir o lucro líquido do próprio período, o que for maior. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9249/95, esse montante que está abaixo do valor apurado com base nos parâmetros definidos por lei, foi considerado como dedutível para fins de imposto de renda.

Foram distribuídos no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, dividendos no montante de R\$ 5.530, sendo R\$ 2.918 originário da conta de reserva de lucros e R\$ 2.612 da conta de dividendos provisionados.

A administração propôs a distribuição de dividendos de 25% sobre o lucro líquido do exercício de 2009, apurado antes dos efeitos das novas práticas contábeis, após a constituição da reserva legal, sendo R\$ 3.481 sob a forma de dividendos e R\$ 9.410 sob a forma de juros sobre o capital próprio.

A Sociedade distribuiu dividendos provisionados no montante de R\$ 3.481. No exercício de 2010 foram distribuídos dividendos no montante de R\$ 46.337, sendo em 25 de maio e em 13 de setembro de 2010, dividendos creditados à conta de retenção de lucros nos montantes de R\$ 16.152 e R\$ 30.185, respectivamente.

No exercício de 2010 a Sociedade ainda distribuiu juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 4.736, líquidos de R\$ 836, referentes ao imposto de renda retido na fonte.

O cálculo dos dividendos estatutários em 31 de dezembro de 2010 está demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2010</u>
Lucro líquido do exercício	55.144
Reserva Legal de 5%	<u>(2.757)</u>
Base de cálculo	52.387
Dividendos estatutários obrigatórios	<u>25%</u>
Total	<u>13.097</u>
Representados por:	
Juros sobre capital próprio pagos	(4.736)
Dividendos obrigatórios	(8.361)
Dividendos por ação	0,07323

A administração da Sociedade propôs a distribuição complementar de dividendos aos seus acionistas, referentes ao exercício de 2010, totalizando R\$ 17.237 a ser deliberado na assembléia geral ordinária.

20. RECEITAS

São representadas por:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Receita de serviços prestados	243.855	211.077
Receita de serviços de construção	4.327	10.790
Receitas acessórias	<u>2.179</u>	<u>1.976</u>
	<u>250.361</u>	<u>223.843</u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração de resultados do exercício é como segue:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Receita bruta	250.361	223.843
Abatimentos sobre receitas de pedágios:		
ISSQN	(12.239)	(10.595)
PIS	(1.618)	(1402)
Cofins	<u>(7.466)</u>	<u>(6.471)</u>
Receita líquida	<u>229.038</u>	<u>205.375</u>

21. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

<u>Custos</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Com pessoal	5.867	5.465
Serviços de terceiros	12.840	12.444
Depreciação / Amortização	35.572	31.671
Custos com poder concedente	7.380	6.392
Manutenção/conservação	7.602	5.832
Custo dos serviços de construção	4.327	10.790
Serviços de manutenção em rodovias	28.570	19.839
Outros	<u>4.914</u>	<u>4.389</u>
	<u>107.072</u>	<u>96.822</u>
<u>Despesas</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Com pessoal	6.418	5.939
Serviços de terceiros	3.809	3.457
Depreciação / Amortização	324	288
Contingências	340	251
Seguros/Garantias	2.675	2.728
Outros	<u>987</u>	<u>926</u>
	<u>14.553</u>	<u>13.589</u>

22. RESULTADO FINANCEIRO

Está representado por:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	17.841	1.327
Atualizações sobre mútuos	13.911	12.835
Outras	<u>42</u>	<u>38</u>
Total	<u>31.794</u>	<u>14.200</u>
Despesas financeiras:		
Atualizações monetárias sobre operações financeiras	48.936	34.682
Atualizações monetárias sobre o direito da outorga	5.946	1.375
Encargos financeiros - reversão de ajuste a valor presente	1.389	1.535
Outras	<u>1.344</u>	<u>1.441</u>
	<u>57.615</u>	<u>39.033</u>

23. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 é como segue:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	80.822	69.324
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	<u>(27.479)</u>	<u>(23.570)</u>
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Juros sobre o capital próprio	1.894	3.199
Outros ajustes	<u>(93)</u>	<u>205</u>
Despesa contabilizada	<u>(25.678)</u>	<u>(20.166)</u>
Despesas de imposto de renda e contribuição social:		
Correntes	(31.020)	(23.536)
Diferidos	<u>5.342</u>	<u>3.370</u>
	<u>(25.678)</u>	<u>(20.166)</u>

24. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

24.1. Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 6.

24.2. Informações suplementares

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Caixa desembolsado durante os exercícios referentes a:		
Juros	41.649	41.802
Imposto de renda e contribuição social	26.803	18.978
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Dividendos propostos e não pagos	8.361	3.481
Fornecedores de intangível e imobilizado	(678)	1.949
Cauções contratuais de fornecedores de intangível e imobilizado	(38)	53

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

25.1. Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

25.2. Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são, substancialmente vinculadas à variação do CDI.

Em 31 de dezembro de 2010, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e sobre as debêntures, líquidos das aplicações financeiras.

<u>Indicadores</u>	<u>Cenário I</u> <u>(provável)</u>	<u>Cenário II</u> <u>(+ 25%)</u>	<u>Cenário III</u> <u>(+ 50%)</u>
CDI	12,25%	15,31%	18,38%
TJLP	6,0%	7,50%	9,0%
IPCA	5,49%	6,86%	8,24%
Juros a incorrer (*)	26.402	28.702	31.026

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

25.3. Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Sociedade a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras, cauções contratuais e contas a receber.

A Sociedade mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2010, de 2009 e 1º janeiro de 2009, a Sociedade, apresentava valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R\$ 12.307, R\$ 10.439 e R\$ 8.698, respectivamente, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio - “Sem Parar”, registrados na conta “Contas a receber”.

A Sociedade possui uma carta de fiança firmada por instituição financeira classificada como de primeira linha para garantir a arrecadação do contas a receber com a CGMP.

25.4. Valor justo de instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Sociedade em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 representam o valor justo ou o custo amortizado para os empréstimos e financiamentos, uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis. Os saldos elegíveis são ajustados a valor presente.

25.5. Gestão do risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. , que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações.

Tabela do risco de liquidez e juros:

<u>Modalidade</u>	<u>Taxa de juros efetiva % a.a.</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2015 em diante</u>	<u>Total</u>
Debêntures	12,5%	103.075	132.193	124.426	114.584	234.688	708.966
BNDES Automático	9,8%	3.094	1.279	-	-	-	4.372
Finame	10,0%	461	268	54	43	119	945
Leasing	10,6%	<u>13</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>13</u>
		<u>106.643</u>	<u>133.739</u>	<u>124.480</u>	<u>114.627</u>	<u>234.807</u>	<u>714.296</u>

26. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade provê a seus colaboradores benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos colaboradores de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas, quando incorridos.

27. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de melhoramento e recuperação da rodovia e das funções operacionais, de conservação ordinária da malha rodoviária e do pagamento da taxa de fiscalização. Adicionalmente, a concessionária mantém coberturas de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as suas atividades, inclusive seguros do tipo “todos os riscos” para os danos materiais, cobrindo perda, destruição ou dano de todos os bens que integram a concessão, de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza, nas seguintes modalidades: riscos de construção, projetista, maquinário e equipamentos de obra, danos patrimoniais, avaria de máquinas e perda de receitas.

Em 31 de dezembro de 2010, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

<u>Modalidade de seguro</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>
Todos os riscos:	Riscos patrimoniais e perda de receita	165.000
	Responsabilidade civil	15.100
	Responsabilidade Civil - Obras de Ampliação	5.000
Seguro-garantia	Garantia de execução do contrato de concessão	80.338

28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

29. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A emissão das demonstrações financeiras da Sociedade foi autorizada pelo Conselho de Administração em 24 de março de 2011.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA AUTOVIAS S.A.

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Autovias S.A. submete à apreciação de seus investidores e do mercado em geral o Relatório da Administração relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010. As informações financeiras a seguir estão de acordo com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

CONTEXTO DO NEGÓCIO E ATIVIDADE

A Autovias, constituída em 23 de julho de 1998, iniciou suas operações em 1º de setembro de 1998 de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com Departamento de Estradas de Rodagem (DER), e tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão, a exploração do sistema rodoviário constituído por 316,5 quilômetros de extensão compreendido pelas rodovias:

SP255 - Rodovia Antônio Machado Sant'Anna, entre km 002+800 (Ribeirão Preto - Entroncamento com a SP 328 - Anel Viário de Ribeirão Preto) e km 083+200 (Araraquara - Entroncamento com a SP 310), com extensão de 80,4 km;

SP318 - Rodovia Engenheiro Thales de Lorena Peixoto Júnior, entre km 235+400 (acesso a São Carlos) e km 280+000 (Rincão – Entroncamento com a SP 255), com extensão de 44,6 km;

SP345 - Rodovia Engenheiro Ronan Rocha, entre km 036+000 (Franca - Entroncamento com a SP 334) e km 010+500 (Itirapuã), com extensão de 25,5 km;

SP330 - Rodovia Anhanguera, entre km 240+500 (Santa Rita do Passa Quatro) e km 318+500 (Ribeirão Preto – entroncamento com a SP334), com extensão de 78,0 km;

SP334 - Rodovia Cândido Portinari, entre km 318+000 (Ribeirão Preto - Entroncamento com a Via Anhanguera) e km 406+000 (Franca) com extensão de 88,0 km.

O prazo de concessão é de 20 anos, contados da data de recebimento do controle do sistema rodoviário existente, extinguindo-se em 31 de agosto de 2018. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Sociedade terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos 5 anos do prazo de concessão.

A concessão da Autovias foi outorgada em agosto de 1998, tendo como objeto a exploração do Lote 10 do Programa de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo.

A economia da região é baseada na atividade agroindustrial, destacando-se a produção de suco de laranja, açúcar e álcool, além da produção de calçados e de equipamentos odonto-médicos.

A Autovias opera cinco praças de pedágio localizadas ao longo da malha viária sob sua concessão. As tarifas cobradas são estabelecidas no Contrato de Concessão e reajustadas todo mês de julho de acordo com o índice IGPM acumulado de 12 meses até o mês de maio de cada ano, conforme a tabela abaixo:

Nome Praça	Localização	Tarifa (R\$)
São Simão	SP 330 / km 281	5,10
Batatais	SP 334 / km 344	6,45
Guatapará	SP 255 / km 45,5	10,00
Restinga	SP 334 / km 374,5	6,45
Santa Rita do Passa Quatro	SP 330 / km 253	5,10



Autovias

Grupo OHL

O objetivo da Companhia compreende a execução, gestão e fiscalização de serviços delegados, relativos às funções operacionais de conservação e de ampliação e os serviços complementares, correspondentes às funções necessárias para manter o serviço adequado em todo o sistema rodoviário, além de apoio aos serviços não delegados, de competência exclusiva do Poder Público.

O prazo de concessão é de 20 anos, contados da data de recebimento do controle do sistema rodoviário existente, extinguindo-se em 31 de agosto de 2018. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Sociedade terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos 5 anos do prazo de concessão.

CONJUNTURA ECONÔMICA

A Autovias é diretamente afetada pelas condições econômicas gerais do Brasil e a evolução de seus negócios está geralmente relacionada com a evolução da economia brasileira, em especial com as taxas de inflação, taxas de juros, políticas governamentais, flutuações do câmbio, políticas tributárias e variações do Produto Interno Bruto (PIB).

Em 2010, o desempenho da economia alternou períodos de forte expansão com períodos de atividade menos intensa. No acumulado do ano, o resultado foi positivo e produziu indicadores favoráveis, como o menor patamar atingido na série histórica da taxa de desemprego. Adicionalmente, contribuíram para este cenário a elevada confiança dos consumidores, medida pelo Índice de Confiança do Consumidor, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), que passou dos 121,7 pontos em dezembro de 2010, e o crescimento das operações de crédito do sistema financeiro.

O setor industrial também apresentou expansão expressiva (+10,5%) na comparação com 2009. O resultado não só reverteu a queda de 7,4% observada em 2009, mas também registrou o índice mais elevado desde os 10,9% registrados em 1986, segundo informações divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Do mesmo modo, o PIB brasileiro registrou crescimento de 7,5% em 2010, demonstrando a veemente recuperação da economia quando comparado ao mesmo período do ano anterior (-0,6%).

Especificamente, em relação ao Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), o ano de 2010 acumulou alta de 11,3% frente à deflação de 1,7% verificada em 2009. Já a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) cresceu de 4,3% em 2009 para 5,9% em 2010. Esses índices foram utilizados no cálculo do reajuste tarifário dos pedágios administrados pelas empresas do grupo, impactando de forma positiva a arrecadação da Companhia.

No final do ano, o reflexo do aquecimento econômico e o aumento da expectativa de inflação corroboraram com a atuação do Banco Central (BACEN) na revisão dos juros para manutenção das metas de inflação pré-estabelecidas. Tal fato provocou a revisão das projeções relativas ao PIB e a produção industrial que, de acordo com o Relatório Focus (28/01/2011), apresentaram crescimentos próximos a 4,5% e 5% em 2011.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Tráfego



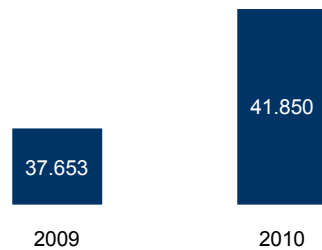
Autovias

Grupo OHL

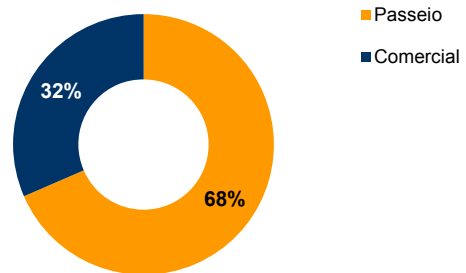
Em 2010 o tráfego de veículos pedagiados da Autovias cresceu 11,1% em relação a 2009 como consequência do aumento da atividade econômica (PIB:+7,5%) e, principalmente, do crescimento do setor industrial (+10,5%).

A elasticidade do período em relação ao PIB foi de aproximadamente 1,5, sendo que dos 41,9 milhões de veículos equivalentes pedagiados, 32% foram comerciais e 68% foram veículos de passeio.

Tráfego Pedagiado
Milhares de Veículos Equivalentes



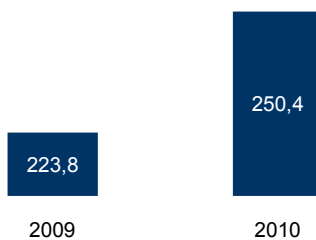
Composição do Tráfego – 2010
Veículos Equivalentes



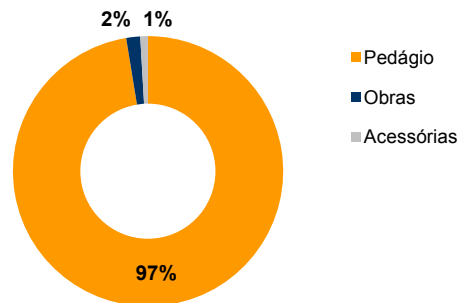
Receita

Em 2010 a Autovias obteve uma receita bruta de R\$ 250,4 milhões, composta por 2% de Receitas de Obras, 97% de Receitas de Pedágio e 1% de Receitas Acessórias, apresentando um aumento de 11,8% em relação a 2009.

Receita Bruta
R\$ milhões



Composição da Receita Bruta (%) – 2010



As novas normas de contabilização no Brasil (ICPC-01 / IFRIC 12), que entraram em vigor a partir de 01/01/2010, alteraram a forma de contabilizar as receitas provenientes da exploração dos contratos de concessões e passaram a incluir também Receita de Obras provenientes da realização de investimentos no intangível. Essa nova forma de contabilizar as receitas alterou a demonstração do resultado, afetando contabilmente as margens EBITDA, EBIT e Lucro Líquido; mas sem alterar o montante do Lucro Líquido da Companhia, uma vez que a contra partida desta receita, o custo de obra, em igual quantia (sem margem de obra), está rubricado como Custo dos Serviços de Construção.

A Autovias reconheceu Receita de Obras no valor de R\$ 4,3 milhões em 2010, apresentando uma redução de R\$ 6,5 milhões (-59,9%) em comparação com o ano anterior.

As Receitas de pedágio cresceram 15,5% devido ao crescimento de tráfego de 11,1% no exercício e ao reajuste das tarifas de 4,18% em 01/07/2010 de acordo com o Contrato de Concessão.

Em 2010 a Autovias obteve uma receita líquida de R\$ 229 milhões, apresentando um crescimento de 11,5% em relação ao exercício de 2009. O aumento do tráfego dos veículos equivalentes e o reajuste contratual das tarifas de pedágio foram os principais fatores que contribuíram para esse crescimento.

Custos e Despesas (Excluindo Depreciações e Amortizações)

R\$ milhões	2010	2009	Var.
Custo dos serviços prestados	(67,2)	(54,4)	23,5%
Custo dos serviços de construção	(4,3)	(10,8)	-59,9%
Despesas administrativas	(14,2)	(13,3)	7,0%
Despesas tributárias	(0,2)	(0,4)	-43,7%
Remuneração da administração	(0,5)	(0,4)	24,4%
Outras receitas operacionais líquidas	(0,1)	-	-
Custo e despesas	(86,5)	(79,3)	9,1%

Os custos e despesas aumentaram 9,1% em 2010 em relação ao exercício de 2009. Este aumento de R\$ 7,2 milhões deve-se aos seguintes fatores:

- (i) reajuste dos contratos de serviços;
- (ii) dissídio salarial de 4% aplicado em mar/10;
- (iii) aumento da provisão de manutenção em R\$ 8,7 milhões registrada em função da adoção da Interpretação Técnica ICPC 01;
- (iv) aumento do custo com ônus variável pago ao Poder Concedente, em função do aumento da receita de pedágio (R\$ 1 milhão);
- (v) em contrapartidas aos fatores acima houve redução do custo dos serviços de construção, em função de redução do volume de obras. O custo dos serviços de construção, registrado em função da adoção da Interpretação Técnica ICPC 01, conforme comentado nas notas explicativas, tem como contrapartida uma receita de obras de mesmo valor, não impactando o resultado da Companhia.

Cabe destacar que com a entrada em vigor das novas normas de contabilidade ICPC-01 a Autovias passou a provisionar os custos em manutenção e conservação especial que poderão ocorrer no futuro, reconhecendo no resultado atual, ajustado a valor presente, os custos como Provisão para Manutenção de Rodovias.

O custo dos serviços de construção, registrado em função da adoção do ICPC 01, conforme comentado, tem como contrapartida uma receita de obras de mesmo valor, não impactando o resultado da Companhia.

EBITDA

R\$ milhões

	2010	2009	Var.
Receita Líquida	229,0	205,4	11,5%
(-) Custos e despesas (Excluindo Depreciações e Amortizações)	(86,5)	(79,3)	9,1%
EBITDA	142,5	126,1	13,0%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	28,6	19,9	43,6%
EBITDA Ajustado	171,1	146,0	17,2%

Obs: O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

A Autovias entende que a melhor demonstração da geração de caixa das atividades operacionais, compreendidas pela cobrança de pedágio e operação dos principais serviços nas rodovias, é o EBITDA Ajustado, que corresponde ao EBITDA adicionando-se o montante de Provisão para Manutenção de Rodovias, cujo efeito caixa ocorrerá somente em exercício fiscal futuro.

O EBITDA ajustado, excluindo os efeitos das provisões de manutenção em rodovias advindas da adoção do ICPC01, encerrou o ano de 2010 em R\$ 171,1 milhões, com um aumento de 17,2% em relação ao ano anterior. O aumento foi impactado principalmente pelo crescimento do tráfego pedagiado.

Resultado Financeiro

R\$ milhões

	2010	2009	Var.
Receitas Financeiras	31,8	14,2	123,9%
Despesas Financeiras	(57,6)	(39,0)	47,6%
Resultado Financeiro Líquido	(25,8)	(24,8)	4,0%

A Autovias obteve um resultado financeiro líquido de R\$ 25,8 milhões, representando um crescimento de 4% em relação a 2009. Os principais fatores que contribuíram para esse crescimento foram:

- (i) aumento em R\$ 1,1 milhão das receitas financeiras com atualização de mútuos devido ao aumento do CDI;
- (ii) aumento de R\$ 16,5 milhões das receitas com atualização das aplicações financeiras devido ao aumento do CDI somado ao acréscimo do saldo de aplicações financeiras;



Autovias

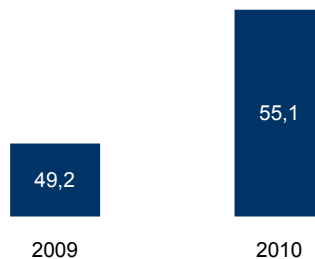
Grupo OHL

- (iii) aumento de R\$ 14,3 milhões das despesas com atualização de empréstimos e financiamentos decorrente do aumento do saldo devedor em função de emissão de debêntures em março de 2010 e novembro de 2010;
- (iv) aumento em R\$ 4,6 milhões da despesa com atualização monetária do direito de outorga decorrente do aumento do IGPM em 2010.

Lucro Líquido

A Autovias encerrou o exercício de 2010 com um Lucro Líquido de R\$ 55,1 milhões em 2010, representando um acréscimo de 12,2% comparado ao exercício de 2009, influenciado, principalmente, pelo aumento da receita em função do reajuste das tarifas aplicado a partir de jul/10 (4,18%) e crescimento do tráfego (11,1%) em maior proporção ao aumento dos custos e despesas operacionais e do resultado financeiro líquido.

Lucro Líquido
R\$ milhões



Endividamento

A Autovias encerrou o exercício de 2010 com um endividamento bruto de R\$ 522 milhões, apresentando um aumento de R\$ 232,6 em relação ao exercício anterior. Tal aumento deve-se, principalmente, a (i) duas emissões de debêntures ocorridas em março de 2010 e novembro de 2010 no valor total de R\$ 505 milhões, em contrapartida a (ii) liquidação das cédulas de crédito bancário (R\$ 79,1 milhões) e notas promissórias financiamentos (R\$ 202,3 milhões), através dos recursos obtidos com a emissão de debêntures, (iii) liquidação de financiamento para capital de giro mantido junto ao Banco Fibra em jan/10 (R\$ 12,6 milhões), (iv) amortização de financiamentos de repasses BNDES (R\$ 4,7 milhões), amortização de juros das debêntures de 1ª emissão (R\$ 24,3 milhões) e (vi) atualização do saldo devedor de empréstimos e financiamentos (R\$ 50,6 milhões).

O custo médio nominal ponderado da dívida bruta, em 31 de dezembro de 2010, era de 12,1% a.a.%.

O endividamento líquido (composto pela dívida bruta menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas), encerrou o ano de 2010 em R\$238,5 milhões, apresentando uma redução de R\$18,4 milhões em relação ao volume de R\$256,9 milhões no encerramento do exercício de 2009, em razão principalmente do aumento do endividamento com a emissão de debêntures.

O endividamento líquido em 31 de dezembro de 2010 representava 1,44 vezes o EBITDA Ajustado menos o pagamento do Onus Fixo (R\$5,8 milhões) dos 12 últimos meses.



Autovias

Grupo OHL

R\$ milhões	31/12/10	31/12/09
Dívida Bruta	522,0	289,4
Curto prazo	86,0	284,7
Longo prazo	436,0	4,7
Disponibilidades e aplicações financeiras ¹	(283,5)	(32,5)
Dívida Líquida	238,5	256,9

¹ Curto e longo prazo.

DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

Em 2010, a Autovias pagou juros sobre capital próprio no valor de R\$ 5,6 milhões, bem como dividendos relativos ao exercício anterior, no valor de R\$ 49,8 milhões.

INVESTIMENTOS

No exercício de 2010 a Autovias investiu R\$ 33,9 milhões em cumprimento ao cronograma de investimentos do contrato de concessão (R\$ 3,6 milhão), destacando-se investimentos em sistemas de controle de tráfego e arrecadação e aplicação financeira vinculada constituída como garantia à amortização das debêntures (R\$ 30,3 milhão).

Adicionalmente a Autovias teve um desembolso de R\$ 25 milhões com obras e serviços de manutenção e conservação da rodovia, destacando-se a manutenção de pavimento, sinalização e recuperação de obras de arte especiais e correntes, provisionadas na rubrica de Provisão para Manutenção, de acordo com o ICPC 01. Cabe destacar que anteriormente à adoção do ICPC 01 as obras de manutenção e conservação da rodovia eram alocadas na rubrica de imobilizado e compunham o investimento da Companhia. Com as novas normas, a manutenção e conservação passam a ser alocadas na rubrica de Provisão para manutenção de rodovias conforme explicado anteriormente.

EMIÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Em 15 de março de 2010 a Companhia emitiu 405.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1.000 (um mil reais), sendo 285.000 debêntures da 1ª série com prazo de 5 anos e juros de CDI + 1,60% a.a. e 120.000 debêntures da 2ª série com prazo de 7 anos, atualizadas monetariamente pelo IPCA e com remuneração de 8% a.a.. Em 22 de novembro de 2010, foi realizada a 2ª emissão de debêntures em série única no montante de 1.000 debêntures ao valor nominal unitário de R\$ 100.000 (cem mil reais), com prazo de 5 anos e remuneração de CDI + 1,70% a.a..

Os recursos líquidos obtidos na 1ª emissão foram destinados ao resgate antecipado de notas promissórias com vencimento em 29 de Abril de 2010, pagamento de financiamentos e encargos de curto prazo, investimentos previstos para 2010, reforço de capital de giro da Companhia, entre outros compromissos financeiros. Os recursos obtidos na 2ª emissão foram destinados à liquidação de Cédulas de Crédito Bancário com vencimento em 16 de Dezembro de 2010.

RECURSOS HUMANOS

Em 2010, nosso quadro de empregados se manteve estável se comparado ao ano anterior, equivalente a 194 empregados.



Autovias

Grupo OHL

O índice de rotatividade dos empregados reduziu em 2010, passando de 1,78 em 2009 para 1,53.

	2009	2010
Empregados Diretos	194	193
Rotatividade	1,78	1,53

No que concerne a diversidade, apresentamos um indicador com participação majoritária de homens, 70% de homens, contra 30% de mulheres. A média de idade está concentrada em 37 anos. A base de formação educacional do efetivo de pessoal centra-se no Ensino Médio Completo, com 45,9% dos empregados.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

Responsabilidade Social

A Autovias estabeleceu como um dos seus compromissos o desenvolvimento de relacionamento com as comunidades lindeiras à sua área de concessão, tendo como foco projetos relacionados a educação, saúde, cultura e meio-ambiente. O principal projeto é o Projeto Escola Autovias - criado em 2008, abrangendo 29.539 alunos e 1.489 professores e educadores de 75 escolas públicas, em 7 municípios situados ao longo das rodovias que administra.

O Projeto conta com metodologia própria e materiais pedagógicos específicos para diferentes gerações escolares – Ensino infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e o EJA (Educação de Jovens e Adultos) e se consolidou como um importante promotor do resgate de valores cidadãos, envolvendo a comunidade, família e sociedade, trabalhando o desenvolvimento destes valores e a educação, para transformar comportamentos inadequados em atitudes corretas no trânsito. O Projeto atende à determinação do CTB (Código de Trânsito Brasileiro), contempla os dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) e dos Parâmetros Curriculares Nacional (PCNs).

O Projeto também desenvolve outros 3 programas:

- Programa “*Viva Motociclista*”: Os motociclistas são orientados sobre conceitos de direção defensiva, participam de avaliações de saúde (exames de pressão arterial e índice de massa corpórea) e recebem gratuitamente revisão de alguns itens da moto, podendo inclusive efetuar a troca da lanterna, quando necessário. Também são instalados adesivos refletivos que auxiliam no aumento da visibilidade noturna do veículo.
A campanha tem como principal objetivo a conscientização do motociclista sobre a necessidade de revisão periódica do veículo e a utilização de equipamentos de segurança obrigatórios, como capacete e calçados fechados.
- Programa “*Viva Ciclista*”: Promove ações educativas de segurança para o ciclista, especialmente nas rodovias e distribuição de panfletos. Os ciclistas são orientados a seguir as normas específicas para bicicletas do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), como a utilização obrigatória de acessórios: sinalização noturna dianteira, traseira, lateral e nos pedais. As bicicletas recebem adesivos com refletivos segundo a norma do CONTRAN (Conselho Nacional de Trânsito).
- Programa “*Passarela Viva*”: Promove ações educativas e de conscientização sobre travessia segura da rodovia. Os pedestres recebem panfletos com orientações sobre o uso correto da passarela.

Meio Ambiente



Autovias

Grupo OHL

Foram desenvolvidos projetos de campanhas relacionadas ao meio ambiente como no “Projeto Escola”, em que foram plantadas cinco árvores frutíferas em escola municipal e entregues 30.000 papéis semente nas praças de pedágio em comemoração ao dia da árvore, em setembro de 2010.

Também podemos destacar o paisagismo feito nas rodovias SP-330, SP-334 e na SP-345, estudo de monitoramento de fauna nas rodovias SP-255 e SP-334 e os plantios e manutenção de árvores para minimizar os impactos ambientais em todo o trecho da Autovias, cumprindo os termos de mitigação impostos pelos órgãos competentes.

Cultura

Em 2010, a Autovias atuou no apoio a projetos culturais variados com base nas leis de incentivo fiscal, principalmente a Lei Rouanet, que instituiu o PRONAC (Programa Nacional de Apoio à Cultura) que visa apoiar e direcionar recursos para investimento em projetos culturais. Os apoios têm como foco a promoção da cultura presente nas regiões por onde passam as rodovias administradas pela Companhia. Os principais projetos para os quais foram destinados recursos de R\$ 725 mil em 2010 foram: Associação Musical de Ribeirão Preto (Orquestra Sinfônica); Fundação Feira do Livro de Ribeirão Preto; Fundação Bienal de São Paulo; Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente (Casa das Mangueiras); Associação Marcos Mercadante de Judô; Associação Minaz de Cultura (Projeto Cia Minaz - Coral Meninos Cantores) e Matriz Organização de Eventos (Projeto Opera La Bohème).

AGRADECIMENTOS

A Autovias gostaria de registrar seus agradecimentos aos usuários, investidores, órgãos governamentais, fornecedores, agentes financiadores e demais partes interessadas pelo apoio recebido, bem como à equipe de colaboradores, pelo empenho e dedicação dispensados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Relacionamento com Auditores Independentes

“Em atendimento à determinação da Instrução CVM n°. 381/03 informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses”.

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Autovias S/A, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e (ii) com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010.

Ribeirão Preto, 24 de Março de 2011

A Administração